

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Polícia Federal está na reta final para concluir o relatório sobre a ofensiva extremista de 8 de janeiro. Hoje, Moraes conduzirá novo depoimento de Mauro Cid, após contradições e omissões do militar a respeito do plano para matar Lula, Alckmin e o próprio ministro

Inquérito dos ataques deve ser entregue até amanhã

RENATO SOUZA

Um ano e 10 meses após os atos golpistas de 8 de janeiro, a Polícia Federal está na reta final para concluir o inquérito aberto para investigar os atentados que pararam Brasília e o país. A corporação deve enviar, ainda nesta semana, ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório final do caso.

O foco são organizadores, incentivadores e autoridades públicas, inclusive, políticos e militares. No documento, serão indicados os principais envolvidos com os ataques que culminaram na depredação das sedes dos Três Poderes.

O parecer tem mais de 700 páginas e será enviado ao gabinete do relator, ministro Alexandre de Moraes. A operação deflagrada na terça-feira, que revelou um plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice Geraldo Alckmin e Moraes, está incluída no documento, mas eventuais novos desdobramentos não impedem que informações extras sejam encaminhadas posteriormente.

Nas diligências de terça-feira, agentes prenderam um general da reserva, três militares das Forças Especiais do Exército, os chamados "kids pretos", e um agente da própria PF implicados na trama para os assassinatos.

Os indiciamentos incluídos no relatório serão de crimes, como tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Após receber o documento, Moraes deve enviar as informações para manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Durante as apurações, os agentes quebraram sigilo telefônico, telemático e bancário de dezenas de pessoas. Também investigaram suspeitas do envolvimento de vários atores em diferentes núcleos de uma organização criminosa montada para atacar as instituições.

Caso a PGR ofereça denúncia contra os indicados pela PF, o Supremo pode iniciar, de forma imediata, as ações penais para que os acusados respondam pelos crimes de que são suspeitos. Porém, a Corte encerra as atividades na segunda quinzena de

dezembro, retornando ao expediente normal em fevereiro. Os julgamentos, portanto, só devem ocorrer no próximo ano.

Delação em xeque

Hoje, Moraes vai conduzir uma audiência com o tenente-coronel Mauro Cid, a partir das 14h, na sede do STF. O ministro vai avaliar se mantém o acordo de delação firmado pelo militar.

As informações prestadas por Cid são peça central para entender o esquema, os envolvidos e a participação dos integrantes dos núcleos político, financeiro, operacional, entre outros. Porém, existem contradições entre o que foi dito por Cid em depoimento e os fatos revelados pela Operação ContraGolpe, deflagrada pela PF na terça-feira.

Na audiência, Moraes vai tratar das contradições e das omissões de Cid nas oitivas à PF. Ao recuperar arquivos que foram apagados do celular do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, a equipe policial encontrou informações que foram ocultadas pelo militar e que revelam um plano para matar Lula, Alckmin e Moraes.

O magistrado vai questionar Cid se ele ainda deseja colaborar com o caso e os motivos pelos quais omitiu informações. Caso o acordo de delação seja cancelado, o militar perderá benefícios que obteve, como abatimento de pena e a possibilidade de cumprir a sentença em regime aberto.

A defesa de Cid foi procurada para comentar o caso, mas não se manifestou. Investigadores ouviram pela reportagem apontam que a suspensão da delação não prejudica o inquérito, pois foram encontrados documentos, provas materiais e testemunhas que evidenciam a articulação golpista.

A investigação identificou elementos que o ligam a Bolsonaro a minutos golpistas encontradas na casa do ex-ministro Anderson Torres e na sede do PL, em Brasília. O texto anti-democrático, de acordo com a PF, foi editado pelo ex-chefe do Executivo e é visto como um elo com os casos investigados de atentados contra a democracia.

Bolsonaro sustentou, diversas vezes, não ter envolvimento com o 8 de janeiro nem com nenhuma tentativa de golpe de Estado.

Reinert/Contrasto/STF



Ed Alves/CS/DA-Press



Moraes decidirá se mantém acordo de delação de Mauro Cid, que, na terça-feira, negou conhecer trama para assassinar autoridades

Múcio: "Forças Armadas não planejaram nada"

VINICIUS DORIA



As Forças são fiéis à Constituição e ao presidente da República e sentem quando veem seu nome sendo enxovalhado"

José Múcio Monteiro, ministro da Defesa

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, considerou "muito grave" a revelação de que havia, realmente, um golpe de Estado planejado por membros do governo de Jair Bolsonaro, que deveria ser deflagrado antes da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. Para ele, é preciso separar as instituições das pessoas envolvidas no escândalo. "As Forças Armadas não planejaram nada, quem planejou o golpe foram pessoas que usam fardas", ressaltou o ministro, ao Correio.

"Eu torço muito para que outros casos como esse — se é que existem — apareçam para que a gente possa tirar a suspeição das Forças Armadas e ficar apenas

nas pessoas. As manchetes dizem "militares planejaram golpe", mas quem planejou o golpe foram homens que usam fardas, não foram as Forças Armadas como instituição, que não planejaram nada", enfatizou. "Quem abre os inquéritos e pesquisa sobre quem é culpado ou inocente é a Polícia Federal. Nós do Ministério da Defesa e do Alto

Comando das Forças Armadas) só ficamos sabendo das operações da PF no dia em que foram deflagradas", informou.

Segundo José Múcio, a "indignação também é interna" em relação aos fatos revelados pela Polícia Federal e apresentados ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que comanda o

inquérito dos atos antidemocráticos. O Alto Comando das três Armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) está "unido e ciente da gravidade dos fatos" e colabora com as investigações policiais.

"Se você me perguntar se eu gosto disso (da operação da PF), gosto, sim", disse o ministro da Defesa. "Cada vez mais, a gente vai limpando essa imagem que se tem de que as Forças planejaram alguma coisa. As Forças são fiéis à Constituição e ao presidente da República e sentem quando veem seu nome sendo enxovalhado."

"Nós tivemos que enfrentar, no Congresso Nacional, posturas, discursos, atitudes absolutamente xenofóbicas do ex-presidente da República, que sabemos que interferiu profundamente nos nossos laços de cooperação econômica, cultural, social, acadêmica, política, que nós nunca mais deveríamos ter destruído, como quase foram destruídos no período anterior", disse. "Graças a Deus, graças ao povo brasileiro, graças à luta do povo brasileiro, graças a luta do povo brasileiro, graças, também, à solidariedade da comunidade internacional, essa visão xenofóbica foi derrotada nas eleições em 2022."

Rafael Ribeiro/Agência Brasil



Alexandre Padilha: golpes foram derrotados, também, pelo povo

Padilha enfatiza ação das instituições

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, ontem, que golpes e atos contra a vida de autoridades da República foram derrotados pelas instituições brasileiras e pelo povo.

Ele se referiu à descoberta pela Polícia Federal de um plano para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cuja autoria e participação é atribuída aos investigados a militares do entorno do ex-presidente Jair Bolsonaro. A PF associa o plano à tentativa de um golpe para impedir a posse de Lula.

Padilha participou de um evento promovido pelo Grupo de Mídia da China (CMG), paralelo à visita de Estado do presidente chinês, Xi Jinping (leia reportagem na página 4). Além dele, estava presente Geraldo Alckmin.

Impressão no Planalto

O arquivo com o plano de execuções de Moraes, Lula e Alckmin foi impresso nas dependências do Palácio do Planalto, o local de trabalho do presidente da República. Para os federais, o documento tinha "características terroristas".

"Esta semana, nós vimos, mais uma vez, que todas as tentativas de atos criminosos, inclusive de golpes, que afetariam a vida desse senhor que está ao seu lado, nosso vice-presidente da República, também foram derrotadas pelas instituições brasileiras, pelo povo brasileiro, pela nossa comunidade", frisou Padilha.

O responsável pela articulação política do governo foi

aplaudido. Além deles, compareceram ao evento o ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta, e a ministra da Cultura, Margareth Menezes.

Elogios a chineses

No mesmo discurso, Padilha fez elogios à comunidade chinesa e afirmou que agora o país voltou a ter uma visão de priorizar o multilateralismo, em vez de ofender o povo chinês. Ele acusou Bolsonaro de promover o ódio contra chineses.

"Infelizmente, num período recente no nosso país, nós vivemos a situação de um presidente da República, um governo anterior que promovia xenofobia contra a China no país", ressaltou o ministro, à época deputado federal pelo PT de São Paulo.

Padilha destacou ainda que Bolsonaro praticamente destruiu

as relações do Brasil com a China, em diversas frentes de relacionamento. Os laços agora estão sendo reconstruídos, e o governo atual aposta "numa política externa que valorize a multiculturalidade".

"Nós tivemos que enfrentar, no Congresso Nacional, posturas, discursos, atitudes absolutamente xenofóbicas do ex-presidente da República, que sabemos que interferiu profundamente nos nossos laços de cooperação econômica, cultural, social, acadêmica, política, que nós nunca mais deveríamos ter destruído, como quase foram destruídos no período anterior", disse. "Graças a Deus, graças ao povo brasileiro, graças à luta do povo brasileiro, graças a luta do povo brasileiro, graças, também, à solidariedade da comunidade internacional, essa visão xenofóbica foi derrotada nas eleições em 2022."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2